



## **Análise ao Plano de Recuperação e Resiliência**

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) alicerçado na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, de Julho 2020, deverá reunir os aspetos mais urgentes para o relançamento da economia portuguesa, enquadrando-os no Mecanismo de Recuperação e Resiliência da União Europeia.

Apesar da situação dramática em que a economia mundial se encontra, deveremos encarar o futuro como uma oportunidade, utilizando as avultadas verbas provenientes de fundos comunitários para modernizar a nossa economia, reforçar a nossa competitividade, reposicionar as nossas empresas para os setores de maior potencial e ultrapassar as dificuldades endémicas sociais e macroeconómicas que ameaçam um crescimento duradouro e sustentável.

A era pós-Covid-19 marcará a transição de um período de grande crise, desencadeado por uma severa pandemia que instaurou uma enorme imprevisibilidade. A única certeza, porém, é que a resposta congrega dois conceitos, o de recuperação e o de resiliência, com uma plataforma aberta de discussão que aponte para novos caminhos de prosperidade.

A Direção da Ordem dos Economistas enaltece o esforço patente na elaboração do PRR e espera poder contribuir construtivamente para a sua versão final através do presente documento.

### **Principais pontos positivos:**

- Portugal foi um dos primeiros países a apresentar à Comissão Europeia a primeira versão do seu PRR, denotando vontade e compromisso, tendo o seu processo de desenvolvimento decorrido com grande transparência, dando agora oportunidade à sociedade para expressar a sua opinião.
- O PRR deverá ter como objetivo principal a adoção de um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país uma retoma económica com crescimento sustentável, convergindo dessa forma com a Europa e garantindo uma aproximação dos seus indicadores às respetivas médias da União Europeia.
- A centralidade deste plano nas questões da digitalização e da ação climática revelam-se estruturantes, pois a pandemia demonstrou a necessidade da transição digital, e aproveitou o momento para reforçar a importância de uma transição climática. Estes serão os pilares do crescimento económico na próxima década e, portanto, a base de qualquer vantagem competitiva, que possibilitará a integração de uma forma mais consciente e eficaz dos investimentos.
- Com este elevado nível de investimento destinado ao setor público é obrigatório melhorar a qualidade dos serviços públicos e a celeridade da justiça, nomeadamente a nível da digitalização, eficiência e desburocratização, com a consequente redução dos custos de contexto, extremamente



importantes para as empresas, bem como para a atração de investimento estrangeiro.

- Reconhecimento do papel fulcral da educação, enquanto eixo fundamental de progresso, nomeadamente no que se refere ao reposicionamento da força de trabalho nas novas cadeias de valor globais, na alteração da estrutura de especialização ou, de um modo geral, nos múltiplos efeitos positivos de há muito identificados sobre o nível de desenvolvimento. Há que garantir uma aprendizagem constante ao longo da vida, especificamente em matéria de digitalização e literacia financeira. Os baixos níveis de partida que o país ostenta neste domínio são fator de urgência acrescida, tanto mais que o problema é visível não apenas nos trabalhadores em geral como também – talvez de modo ainda mais importante – nos empresários, empreendedores e líderes em geral, nomeadamente num quadro empresarial caracterizado por PMEs.
- No PRR destacam-se ainda os investimentos na área social, com destaque para o setor da saúde e da habitação, sendo crucial garantir a execução de políticas públicas adequadas de modo a garantir a equidade social e o desacelerar do ritmo das desigualdades determinadas pela atual pandemia.
- Em matéria de regulação profissional, tendo como base o ponto “Redução das Restrições nas Profissões Altamente Reguladas” inscrito na página 69 do PRR, no caso concreto da Ordem dos Economistas, gostaríamos de realçar que a inscrição nesta Ordem é voluntária, seguindo deste modo o caminho que vem sendo apontado quer pela Autoridade da Concorrência quer pela OCDE.

### Principais desafios

- De acordo com as informações disponíveis, no PRR estão diretamente reservados às empresas 4,6 mil milhões de euros, o que corresponde a 27,6% do montante total previsto no PRR, para investir até 2026. Sendo as empresas o motor do desenvolvimento da economia (melhores empregos, maior riqueza gerada para o país) seria importante rever a desigualdade dos montantes atribuídos ao sector privado, face ao atribuído ao investimento público, isto é, dando condições de apoio às empresas criadoras de valor, em detrimento de uma política de subsídios, de investimento público-privado e de financiamento público.
- Portugal depende em larga escala das políticas públicas Europeias, não só a nível da estratégia, mas sobretudo ao nível da dependência dos fundos comunitários em proporção do investimento público total. Se pretendemos ultrapassar as limitações endémicas do país ao nível macroeconómico, aumentando o PIB potencial e melhorando as perspetivas de crescimento, é possível concluir da necessidade de outros incentivos e fontes adicionais/complementares de investimento para o desenvolvimento de Portugal ao ritmo desejado.
- Não podemos cair na ilusão de que este programa resolverá todas as nossas debilidades estruturais, sendo fulcral melhorar a competitividade da economia. Para tal, será necessário:



- Um enfoque maior no reforço da reindustrialização e da internacionalização, pois o novo mercado nacional tem de ser um mercado global, necessitando de investimento em tecnologias de produção, em ferramentas de internacionalização e no apoio à exportação.
- Garantir que as empresas responsáveis pela recente trajetória positiva da economia portuguesa têm capacidade de ultrapassar as limitações de tesouraria e de dar continuidade aos projetos de I&D em curso.
- Reposicionar a oferta competitiva, alinhando-a com segmentos e atividades que irão ter um crescimento futuro na procura mundial, nomeadamente atividades mais intensivas em conhecimento e inovação.
- Coordenar a qualificação dos portugueses com o projeto de reindustrialização e desenvolvimento da economia, de modo a garantir, por um lado, a existência de mão de obra especializada e, por outro, reter o talento nacional com empregos bem remunerados.
- Assegurar uma nova estratégia para a produtividade, um dos maiores problemas do país, que dependerá também da capacidade de implementação da digitalização, da qualificação e da aplicação do investimento.
- Proceder a uma reforma fiscal das condições para as empresas, especificamente a título do IRC, incentivando o reinvestimento dos lucros e tornando Portugal mais competitivo no panorama fiscal internacional.
- Atrair o investimento produtivo estrangeiro, colmatando a escassez de capital nacional.

### **Considerações finais**

É importante frisar que todos os países da UE terão acesso (proporcionalmente) aos montantes de apoio do Programa de Recuperação Europeu. Nesse sentido, a parte do investimento destinada a Portugal, não trará por si só qualquer vantagem relativa. Assim, para nos destacarmos e melhorarmos a nossa posição competitiva teremos de aplicar estas verbas melhor do que os nossos parceiros europeus, ou pelo menos de igual modo.

É fundamental aproveitar esta oportunidade para ir além do próprio Programa de Recuperação e Resiliência. Embora o caminho se antevêja longo e árduo, com rigor, estratégia e capacidade de execução será possível converter esta crise numa verdadeira oportunidade que garanta um horizonte de prosperidade.